

**RESENHA**

RIBEIRO, Wagner Costa (2004), *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Coleção Uspiana - Brasil 500 anos: 621 p.

**Rodrigo Constante Martins<sup>1</sup>**

Entre os estudiosos da temática ambiental no Brasil, é conhecida a dificuldade de sistematização de informações técnicas abrangentes sobre os diversos biomas do território nacional. No geral, estas informações são encontradas de modo relativamente esparso, fato que, no mais das vezes, contribui para a disseminação de diagnósticos menos fidedignos à realidade sócio-ambiental do que comprometidos com interesses de grupos econômicos e de segmentos tecnocratas envolvidos na composição de relatórios sobre situações ambientais. Sob o manto da razão técnica, estes relatórios terminam por mascarar, aos menos atentos, os fundamentos sócio-políticos de sua realização.

Todavia, mantendo distância deste campo de interesses casuísticos, a obra *Patrimônio Ambiental Brasileiro* (São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, 621p.), organizada por Wagner Costa Ribeiro (professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP) e integrante da “Coleção Uspiana – Brasil 500 anos”, contribui de modo significativo para a sistematização de informações e experiências de intervenções sócio-ambientais no território nacional. A despeito da sugestão do título, a obra não se prende a um simples levantamento patrimonial de *passivos* ambientais. Faz mais que isso. Aponta para dilemas da relação indivíduo-natureza que seguem marcando-nos desde nossa constituição como *sociedade nacional*. Trata, dentre outros, do emprego histórico de práticas predatórias de acesso e uso sociais dos recursos naturais. A predação, neste caso, é mostrada não como algo moderno, mas – em consonância com o olhar de Sérgio Buarque de Holanda – como algo *persistente* em nossa formação social. Moderna é a intensidade da pilhagem sócio-ambiental decorrente da organização de nossa sociedade industrial, produtora não só de mercadorias, mas também de centros urbanos caóticos, de modos perversos de organização do trabalho social e de hábitos de consumo impossíveis de serem disseminados para a maioria da sociedade.

A obra apresenta dados técnicos e reflexões conceituais que versam sobre os principais temas do debate internacional acerca da moderna crise sócio-ambiental. Ao longo de vinte e um ensaios, são apresentadas caracterizações dos recursos naturais no país e de seus estados de conservação (através dos ensaios de Luis Enrique Sánchez; José Bruno Conti, Aldo Rebouças; Célio Bermann; Alexandre de Almeida e Álvaro de Almeida; Waldir Mantovani; Rolf Roland Weber; Luiz Tommazi; Valdenir Furtado e Marcelo Rodrigues; e Yasunobu Matsuura); são discutidas instituições e políticas ambientais (nos ensaios de Antônio Carlos Robert Moraes; Georgette Nacarato Nazo e Toshio Mukai; Mauro Leonel; e Wagner Costa Ribeiro); são abordados temas relativos à agricultura sustentável (por José Pereira de Queiroz Neto; José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Eduardo Ehlers) e as dimensões ambientais da urbanização brasileira (por Helena Ribeiro e Wanda Günther); e, por fim, são relatadas experiências de programas sócio-ambientais (por Aziz Ab'Sáber) e analisada a formação dos movimentos sociais ambientalistas no país (por Pedro Jacobi).

Em seu conjunto, além do volume de informações apresentado, a obra traz uma importante contribuição para os que buscam, sob a perspectiva das ciências sociais, compreender a complexa teia de relações sociais que sustentam o debate recente sobre os temas ambientais. Os ensaios abordam – ora direta, ora indiretamente – diversas modalidades de desafios políticos e culturais que se mostram recorrentemente presentes na condução de intervenções sócio-ambientais. Para cada tema explorado, são expostas conjunturas sociais específicas que condicionam os modos de assimilação dos problemas ambientais por parte das sociedades locais.

Um interessante apontamento destes modos de assimilação pode ser observado, por exemplo, no ensaio de Ab'Sáber sobre a construção do Projeto Floram (Florestas para o Meio Ambiente). Ao propor uma estratégia de seqüestro de carbono por meio da ampliação da fitomassa, o Projeto deparou-se com a realidade de que a procura por espaços para reflorestamento depende de conjunturas sócio-políticas regionais. Tal realidade expôs as dificuldades de ajustamento do formalismo dos projetos de intervenção (planejados para situações idealmente não envolvidas na arena dos interesses dos grupos sociais) aos conflitos sociais concretos. No caso do Floram, a concretude dos conflitos relacionou-se com a posição geográfica dos terrenos

disponíveis, com os fluxos dos mercados de terras e as expectativas de lucros dos proprietários, com os interesses industriais e das burocracias gestoras dos territórios e, em um quadro mais amplo, com a distribuição social do poder em conjunturas sócio-políticas distintas.

A dificuldade de composição dos interesses dos grupos sociais diante das necessidades de reprodução da natureza também pode ser observada no cenário da produção de valores excedentes em áreas rurais. Em ensaio sobre a sustentabilidade da agricultura brasileira, Queiroz Neto destaca, além das questões técnicas de perdas de solo e contaminação dos recursos hídricos, também as dificuldades de tratamento político dos aspectos relativos à estrutura fundiária, ao perfil do emprego agrícola, às questões institucionais (como as transformações nas legislações trabalhista e ambiental), à concentração de renda e à cartelização crescente da produção agrícola (sobretudo da produção de exportação). Todavia, mesmo diante desta conjuntura, Veiga, Abramovay e Ehlers, por sua vez, chamam a atenção para a possibilidade de incorporação das populações locais e dos minifundistas na construção de estratégias de agricultura sustentável, criando, através de mecanismos participativos de planejamento e gestão ambiental, verdadeiros *pactos territoriais*. Esta seria, na visão dos autores, uma maneira de integrar pequenos agricultores à construção de novas ruralidades, voltadas à geração de renda para as famílias rurais, à valorização das agriculturas regionais e à preservação ambiental.

Por certo, as dificuldades de incorporação de novos atores sociais na formulação de estratégias de sustentabilidade sócio-ambiental podem ser percebidas mesmo através da institucionalização das políticas ambientais no país. Analisando tal institucionalização, Moraes discute em seu ensaio como o aparato brasileiro de política ambiental transitou de um forte viés tecnicista (meados da década de 70) para a incorporação da dimensão econômica da questão ambiental nos dias atuais. Contudo, é notório que esta evolução institucional ainda não conseguiu incorporar de modo efetivo a participação de diferentes segmentos sociais e de comunidades locais variadas no processo de construção de políticas ambientais. A despeito da criação de instâncias descentralizadas de governança (como é o caso dos comitês de bacias hidrográficas), ainda não há uma valorização consistente do saber cultural construído por pequenas comunidades sobre dinâmicas biofísicas localizadas. Não há também um diálogo de saberes efetivo entre instituições políticas e

técnicas e as comunidades que formaram-se, do ponto de vista identitário, a partir do conhecimento pormenorizado de ecossistemas localizados. Ou seja, falta integrar à elaboração dos marcos regulatórios a variável *diversidade cultural*, possibilitando assim, talvez, a superação do restrito viés institucional que segue caracterizando grande parte das ações sócio-ambientais na sociedade brasileira.

No que se refere à organização social para a produção de demandas sócio-ambientais, Jacobi analisa, em seu artigo, as relações entre Estado e sociedade civil sem deixar de lado a influência da conjuntura internacional, seja na constituição do ambientalismo brasileiro, seja no modo de assimilação das demandas sócio-ambientais pelos órgãos de Estado. O autor também mostra como, ao longo das duas últimas décadas do século XX, a ação ambientalista brasileira passou do denunciamento e do preservacionismo à articulação das questões ambientais com temas de equidade social.

Na relação entre o *local* e o *global*, Ribeiro expõe em seu artigo o surgimento, ao longo dos últimos anos, de uma ordem ambiental internacional, dinamizada pelo diálogo entre nações no sentido da regulação dos usos sociais dos recursos naturais. O autor mostra como, nesta ordem, a atuação de segmentos organizados propicia, no fabrico das convenções internacionais, a predominância das razões políticas sobre os demais argumentos científicos acerca da moderna crise ambiental. Também acentua que, no contexto político desta ordem, não há um bloco hegemônico de países, mas sim distintos contextos de negociação. Tal constatação dilui a visão ingênua que classifica governos nacionais dentro de uma perspectiva maniqueísta na arena das negociações internacionais sobre convenções ambientais.

Ribeiro também aborda, no cenário da política internacional, a questão particular da posição brasileira no conjunto das sociedades que não se encontram em situação de *stress* hídrico. Dada a situação de escassez relativa projetada por organismos internacionais para o ano de 2025, que deverá afetar dois terços da população mundial – incluindo populações de países como Estados Unidos, França e Alemanha –, o Brasil, que dispõe de 12% das reservas mundiais de água doce, terá, na perspectiva do autor, um importante papel nas negociações sobre a comercialização internacional do recurso.

Neste cenário, há um debate que parece-nos preceder e, em certa medida, orientar a análise do papel do país no suposto cenário de

comercialização da água. Trata-se da discussão sobre o significado social da transformação do recurso natural *água* em *commodity* internacional. Com efeito, cumpre particularmente à sociologia e à antropologia a realização de esforços interpretativos que problematizem o *patrimônio ambiental brasileiro* menos como reserva de valor econômico do que uma base de construções simbólicas e identitárias. Do ponto de vista sociológico, permanece sendo importante, por exemplo, a compreensão das possíveis alterações nos padrões de racionalidade do uso social do recurso, bem como os impactos sobre as comunidades organizadas entorno do acesso direto ao recurso (caso de certas comunidades ribeirinhas e de comunidades de pescadores artesanais, por exemplo). Do ponto de vista antropológico, parece-nos relevante avaliar o impacto desta monetarização sobre a diversidade de significados culturais que são atribuídos ao recurso e revelados por meio de festas culturais, crenças e práticas religiosas.

Os enfoques desenvolvidos em *Patrimônio Ambiental Brasileiro* apontam para a importância dos estudos sobre as diversas dimensões dos conflitos sócio-ambientais. Como toda publicação relevante, a obra não se presta a oferecer respostas absolutas, mas sugere novas questões para vários campos do saber. Para as ciências sociais, em particular, é possível extrair dos ensaios indagações sobre a natureza política destes conflitos, seu enraizamento nos interesses contraditórios dos grupos sociais e suas dimensões simbólicas (incluindo aqui o próprio exercício de relações específicas de dominação). Certamente, também por oferecer novas interpretações e inquietações, o *Patrimônio Ambiental Brasileiro* insere-se na fronteira das reflexões sobre os desafios sócio-ambientais a serem enfrentados pelo Brasil neste início de século.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Bolsista de Pós Doutorado-FAPESP no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.